



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)
MÉDICO – Área: CLÍNICO GERAL

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 Paciente portadora de lúpus eritematoso sistêmico, interna no hospital com quadro de febre, calafrios, disúria após pulsoterapia com ciclofosfamida há 15 dias. Realiza urocultura com resultado positivo para *Escherichia coli* só sensível a carbapenêmicos. Nesse caso, o antibiótico indicado é
- (A) ciprofloxacina.
 - (B) vancomicina.
 - (C) amicacina.
 - (D) ertapenem.
 - (E) nitrofurantoína.
- 20 Paciente de 54 anos, portadora de hipertensão arterial sistêmica, diabetes, obesa e asmática, em uso de captopril 25 mg de 12/12h e metformina 500mg 2 vezes ao dia, vem à consulta devido cefaleia. Verifica-se PA= 180/100 mmHg e glicemia 283 mg/dl às 11h da manhã. A conduta indicada para este caso é
- (A) aumentar captopril para 25 mg de 8/8h e associar furosemida 40 mg/dia para o controle da hipertensão, além de acrescentar glibenclâmida 5 mg/dia para o controle do diabetes.
 - (B) substituir captopril por valsartana 160 mg/dia, associada a hidroclorotiazida 12,5 mg/dia para o controle da hipertensão e iniciar insulina à noite (bed time).
 - (C) aumentar captopril para 50mg de 8/8h, associar hidroclorotiazida 12,5 mg/dia para o controle da hipertensão e aumentar metformina para 500 mg 3 vezes ao dia, além de associar inibidor do GLP1 para o controle do diabetes.
 - (D) substituir captopril por atenolol 50 mg/dia e acrescentar inibidor de DPP4 para o controle do diabetes.
 - (E) substituir captopril por amlodipina 5 mg/dia associada a metoprolol 50 mg/dia para o controle da hipertensão e suspender metformina, iniciando glicazida 60 mg para o controle do diabetes.
- 21 Paciente de 62 anos, sexo masculino, sem queixas anteriores, vem à consulta devido a queixas de palpitações. Ao exame, verifica-se PA = 140/80 mmHg e frequência cardíaca de 140 bpm. Realiza-se eletrocardiograma com diagnóstico de *flutter* atrial com resposta ventricular rápida. Nesse caso, o tratamento adequado é
- (A) amiodarona.
 - (B) cardioversão elétrica.
 - (C) verapamil.
 - (D) sulfato de magnésio.
 - (E) lidocaína.
- 22 Paciente do sexo masculino, 52 anos, vem à consulta médica devido a dor na região lombar e quadril há cerca de 2 meses. Solicita-se RX de coluna lombar com resultado normal e RX de bacia que demonstra apagamento dos espaços articulares sacro-ilíacos compatível com sacroileíte. O próximo exame a ser solicitado para esclarecimento diagnóstico é
- (A) perfil do FAN.
 - (B) anticorpo anticardiolipina.
 - (C) complemento: C3, C4, CH50.
 - (D) anti-JO1.
 - (E) HLA-B27.



23 Quanto às manifestações extra-hepáticas da retocolite ulcerativa inespecífica, considere os itens seguintes.

1. glomerulonefrite proliferativa difusa.
2. pioderma gangrenoso.
3. eritema marginado.
4. fenômeno de Raynaud.
5. colangite esclerosante.

Estão corretos

- (A) 1 e 3, apenas.
- (B) 3 e 5, apenas.
- (C) 1 e 4, apenas.
- (D) 2 e 5, apenas.
- (E) 2 e 4, apenas.

24 Entre as alterações eletrocardiográficas da hiperpotassemia, encontra-se

- (A) aumento do espaço PR e onda T em tenda.
- (B) bloqueio atrioventricular (BAV) do 2º grau Mobitz 2 e onda U.
- (C) onda rSR' em V1 e aumento do intervalo QT.
- (D) BAV de 3º grau e onda T em tenda.
- (E) alargamento do QRS e onda U.

25 Paciente de 23 anos, com início súbito de cefaleia intensa, seguida de perda de consciência, é levada para a emergência, onde se verifica ao exame clínico: paciente em coma, Glasgow 10, pupilas isocóricas, sem sinais focais. Ausculta cardiopulmonar normal, PA 140/80 mmHg e FC 92 bpm. O diagnóstico inicial é

- (A) hemorragia parenquimatosa cerebral.
- (B) hemorragia subaracnoidea.
- (C) acidente vascular cerebral isquêmico comprometendo a artéria cerebral média.
- (D) hematoma extradural.
- (E) acidente vascular cerebral lacunar por comprometimento da artéria vertebral.

26 Das drogas vasoativas usadas no tratamento do choque distributivo (séptico), a que tem efeito de intensa vasoconstrição periférica, renal e esplâncnica, melhorando a demanda de oxigênio para o miocárdio e aumentando a contratilidade cardíaca, é o(a)

- (A) dopamina - dose dopaminérgica.
- (B) anrinona.
- (C) nitroprussiato de sódio.
- (D) dobutamina.
- (E) noradrenalina.

27 Em relação às anemias, analise as afirmativas seguintes.

1. Anemia falciforme é devida à presença de hemoglobina F que altera a configuração da hemácia.
2. As anemias microcíticas são devidas à deficiência de ferro e ácido fólico.
3. A talassemia cursa com hemácias microcíticas.
4. Na presença de macrocitose, deve-se dosar vitamina B12.
5. Entre as anemias hemolíticas, está a esferocitose hereditária.

Estão corretas

- (A) 1, 2 e 3, apenas.
- (B) 2, 3 e 4, apenas.
- (C) 3, 4 e 5, apenas.
- (D) 3 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3, 4 e 5.



- 28 Paciente iniciou quadro de febre, diarreia intensa, suspeitando-se de febre tifoide. Os exames que devem ser solicitados para o diagnóstico na primeira, na segunda e na terceira semanas da doença são, respectivamente,
- (A) miocultura – coprocultura – reação de Widal.
 - (B) reação de Widal – gota espessa – miocultura.
 - (C) hemocultura – reação de Widal – coprocultura.
 - (D) mielograma – imunofluorescência – urocultura.
 - (E) bacterioscopia – gota espessa – hemocultura.
- 29 Paciente de 64 anos, portadora de insuficiência cardíaca congestiva, vem à consulta ambulatorial após internação de 7 dias. Queixa-se de falta de ar aos grandes esforços e astenia. Está em uso de losartan 50 mg 12/12h, carvedilol 3,125 mg 12/12h e furosemida 40 mg (1 comprimido) por dia. Ao exame clínico, verifica-se: ausculta cardíaca com ritmo regular em dois tempos. PA 130/70 mmHg, FC: 92 bpm. Ausculta pulmonar: discretos crepitações bibasais. FR 20 irpm. Exames de laboratório: hemoglobina 9g, hematócrito 32%, leucócitos 9.300, creatinina 1.4 mg/dl, potássio 3.2 meq/L. Ecocardiograma: fração de ejeção 43%, aumento das câmaras esquerdas, discreta insuficiência mitral. A conduta adequada para esta paciente é
- (A) aumentar furosemida para 80 mg (2 comprimidos) por dia e repor cloreto de potássio.
 - (B) acrescentar espironolactona 25mg por dia e aumentar carvedilol para 6.25mg 12/12h.
 - (C) retirar furosemida e carvedilol e substituir losartana por captopril 25mg 12/12h.
 - (D) retirar carvedilol devido à piora clínica e substituir por nifedipina 20mg 8/8h.
 - (E) manter o esquema e acrescentar nitrato e hidroclorotiazida.
- 30 Paciente de 58 anos, sexo masculino, com quadro de febre há 3 dias, dor abdominal principalmente em fossa ilíaca esquerda, diarreia. Apresenta, aos exames, leucocitose (18.700 com 80% de segmentados e 2% de bastões), TGO e TGP normais. Rotina radiológica para abdômen agudo e ultrassonografia abdominal total: normais. Entre os vários diagnósticos diferenciais, o mais provável é
- (A) retocolite ulcerativa inespecífica.
 - (B) colite amebiana.
 - (C) neoplasia intestinal.
 - (D) isquemia mesentérica.
 - (E) diverticulite.
- 31 A medicação indicada para o tratamento das crises agudas de gota é
- (A) colchicina.
 - (B) alopurinol.
 - (C) prednisona.
 - (D) hidroxiclороquina.
 - (E) metotrexato.
- 32 Quanto às alterações encontradas na insuficiência renal crônica, considere os itens abaixo.
1. hiperparatireoidismo secundário.
 2. hiperpotassemia.
 3. hipocalcemia.
 4. osteíte fibrosa.
 5. hipofosfatemia.
- Estão corretos
- (A) 1, 2 e 3, apenas.
 - (B) 3, 4 e 5, apenas.
 - (C) 2, 3 e 4, apenas.
 - (D) 1, 2, 3 e 4, apenas.
 - (E) 1, 2, 3, 4 e 5.



- 33 Paciente 25 anos, sexo masculino, usuário de maconha. Apresenta tosse produtiva de início há 4 semanas, expectoração purulenta, emagrecimento, episódios de febre não aferida. Nega saber contato com paciente com tuberculose. Radiografia de tórax evidencia opacidade cavitária com nível hidroaéreo em segmento 6 à direita. Pesquisa de BAAR no escarro negativa em 3 amostras.
- Considerando os dados acima, a opção terapêutica inicial é
- (A) rifampicina, isoniazida, pirazinamida e etambutol.
 - (B) amoxicilina + clavulanato de potássio.
 - (C) azitromicina.
 - (D) oxacilina.
 - (E) sulfametoxazol + trimetoprim.
- 34 De acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, para avaliação e acompanhamento da audição em trabalhadores expostos a níveis de pressão sonora elevados, são considerados dentro dos limites aceitáveis, para efeito da norma técnica de caráter preventivo, os casos cujos audiogramas mostram limiares auditivos
- (A) menores ou iguais a 25 dB(NA), nas frequências de 4.000 ou 6.000Hz.
 - (B) menores ou iguais a 25 dB(NA), em todas as frequências examinadas.
 - (C) menores ou iguais a 35 dB(NA), em todas as frequências examinadas.
 - (D) menores ou iguais a 35 dB(NA), nas frequências de 4.000 ou 6.000Hz.
 - (E) menores ou iguais a 15 dB(NA), nas frequências de 4.000 ou 6.000Hz.
- 35 Durante programa de prevenção ao uso de drogas e abuso de álcool em uma empresa, detecta-se em determinado funcionário grau de intoxicação ou síndrome de abstinência leve, discreto comprometimento psíquico relacionado à dependência, com resistência ao tratamento considerada leve. Para este funcionário, recomenda-se
- (A) internação com assistência médica intensiva.
 - (B) internação com supervisão médica.
 - (C) tratamento ambulatorial com tempo máximo de 9 horas por semana.
 - (D) tratamento ambulatorial com tempo mínimo de 9 horas por semana.
 - (E) tratamento ambulatorial em regime de hospital-dia.
- 36 Considerando o atual Código de Ética Médica, é correto afirmar que o médico
- (A) deve elaborar o sumário de alta e entregá-lo ao paciente ou responsável quando solicitado.
 - (B) deve encaminhar cópias do prontuário sob sua guarda – quando for requisitado judicialmente – não ao juízo requisitante, mas ao perito médico nomeado pelo juiz.
 - (C) deve decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, que entenda como sendo o melhor para o paciente.
 - (D) permite o uso de placebo de maneira isolada em experimentos, ainda que haja método profilático ou terapêutico eficaz.
 - (E) ao usar as mídias sociais ou oferecer serviços médicos a distância mediados por tecnologia, deve solicitar prévia autorização ao Conselho Regional ao qual está vinculado.
- 37 O documento médico que descreve um quadro clínico baseado em análise técnica em detrimento de opinião pessoal, com informações protegidas pelo sigilo médico e que, portanto, só deve ser lido por outro profissional de saúde é denominado
- (A) Atestado Médico.
 - (B) Notificação Médica.
 - (C) Laudo Médico.
 - (D) Parecer Médico.
 - (E) Boletim Médico.



- 38 Em relação à Perícia Médica/Exame médico pericial, é correto afirmar que
- (A) é atribuição privativa de médico, podendo ser exercida pelo civil ou militar.
 - (B) o exame médico-pericial visa a definir o nexo de causalidade (causa e efeito) entre doença ou seqüela de acidente e a incapacidade ou invalidez física e/ou mental.
 - (C) a legislação não trata de benefícios por incapacidade, mas sim por doença.
 - (D) não é bastante estar doente; é necessário que haja incapacidade para o trabalho.
 - (E) a existência da doença já garante o direito ao benefício.
- 39 O método mais eficaz de prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis é o uso de
- (A) camisinha (masculina ou feminina).
 - (B) dispositivo intrauterino.
 - (C) esponja vaginal.
 - (D) adesivo anticoncepcional.
 - (E) espermicida.
- 40 Em acidente de trabalho com exposição a material biológico, com perfurocortante, é correto afirmar que
- (A) o risco de transmissão do Vírus da imunodeficiência humana é maior que o do Vírus da hepatite B.
 - (B) a limpeza do local afetado deve ser feita imediatamente com água limpa ou soro fisiológico.
 - (C) estão indicados exames de biologia molecular para detecção viral em paciente – fonte conhecido.
 - (D) não existe nenhuma medida específica eficaz para redução do risco de transmissão após exposição ocupacional ao vírus da hepatite C.
 - (E) o acidentado deve realizar as seguintes avaliações sorológicas: anti-HIV, anti-HBe, e HCV-RNA.
- 41 Do ponto de vista da segurança do paciente, a opção que apresenta a forma correta de uma prescrição médica em estabelecimento de saúde é
- (A) Uso inalatório
Bromidrato de fenoterol 5mg/mL, solução para inalação. Fazer aerossol com 5 gotas diluídas em 3 mL de solução fisiológica 0,9%, se necessário.
 - (B) Uso oral
Azitromicina 500mg comprimido – 3 comprimidos. Administrar 1 comprimido (500mg) de 24/24h por via oral, 1h antes ou 2h depois de alimentos, durante 3 dias.
 - (C) Uso endovenoso
Anfotericina B 50mg frasco-ampola. Reconstituir 50mg em 10mL de água destilada e rediluir para 500mL de solução glicosada 5%. Infundir 35 gotas/min.
 - (D) Uso oral
Losartana 50 mg comprimido. Administrar 50mg 1 vez ao dia por via oral. Uso contínuo.
 - (E) Uso intramuscular
Tramadol 50 mg. Administrar 1 ampola IM de 12/12hs.
- 42 Exame(s) periódico(s) complementar(es) a ser(em) realizado(s) em homem de 48 anos de idade, negro, IMC = 34, cujo pai teve câncer de próstata, deve(m) incluir
- (A) toque retal e dosagem do PSA no exame de sangue (antígeno prostático sanguíneo).
 - (B) toque retal.
 - (C) ultrassonografia de próstata.
 - (D) toque retal e ultrassonografia de próstata.
 - (E) dosagem do PSA no exame de sangue (antígeno prostático sanguíneo).



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESGUEINHO